



HERMÍNIA TORQUATO DA SILVA: TRAJETÓRIA NO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

Nilma da Cunha Godoi¹ - nilmagodoi@gmail.com

GT 13: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Resumo:

O objetivo deste artigo é apresentar a discussão que a pesquisa intitulada “Professora Hermínia Torquato da Silva: inserção e percurso profissional (1918/1956)” possibilitou. Trata-se da reconstituição da trajetória de vida da professora Hermínia. A biografia é utilizada enquanto método de investigação na perspectiva de captar a história de vida. O objetivo principal da pesquisa foi o de constatar se questões raciais e de gênero interferiram na carreira profissional da professora. Ao descrever sua trajetória de vida, o suporte teórico teve por base a História Cultural e Oral, para tanto elaborei seu perfil biográfico. Busca-se, pois, reconstruir sua trajetória à luz dos ideais da época, no intuito de compreender o percurso e a figura da professora, moldada pela Escola Normal. A história de vida da professora se destaca pelo embate que se desencadeou diante dos entraves enfrentados por ela no exercício do magistério. Hermínia faz uso de uma coragem não muito encontrada nas mulheres de sua época, e passa ao longo dos anos a requerer, questionar, protestar, recorrer e, não desistir do direito de exercer sua carreira como professora efetiva. Em sua trajetória é possível perceber a importância dos relacionamentos social, familiar e a luta por espaço na sociedade mato-grossense.

Palavras-chave: Educação. Escola Normal. Relações Raciais.

1 Introdução

O presente artigo origina-se do resultado da pesquisa acadêmica realizada durante o curso de Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, com a defesa da dissertação intitulada: Professora Hermínia Torquato da Silva: inserção e percurso profissional (1918 a 1956), em março de 2015, e tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa inserida no campo da História da Educação e das Relações Raciais, tendo como personagem central a professora primária Hermínia por meio do seu perfil biográfico, busquei analisar sua inserção e trajetória na carreira do magistério e constatar como se desenrolou sua história no interior da sociedade mato-grossense e cuiabana da primeira metade do século XX.

A pesquisa se fundamentou na perspectiva teórico-metodológica da História Cultural (BURKE, 2008) e História Oral (AMADO, 2006). Foram analisadas as memórias e verificadas

¹ Professora Efetiva da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso, mestre em Educação pela UFMT/PPGE.

situações de entrave com que Hermínia se deparou, com o objetivo principal de constatar se a mulher negra, ou descendente, em busca de espaço profissional durante a Primeira República, sofreu discriminação em sua atuação no magistério, quanto ao gênero e à raça. A pesquisa pautou-se em fontes documentais, produzidas pela Diretoria Geral da Instrução Pública, documentos do acervo familiar e recorreu também a fontes orais, resultantes das entrevistas realizadas com familiares e amigos.

Ao elaborar o perfil biográfico da professora Hermínia, tendo por base sua trajetória, ensejou-se a discussão das teorias racistas no cenário brasileiro, oriundas da Europa e dos Estados Unidos. A “ideologia do branqueamento” a que anunciava que o Brasil, após algumas gerações e por meio da miscigenação, teria condições de alçar o posto de nação moderna, visto que contaria com uma população de fenótipo branco, representativo da modernidade civilizada.

Na busca por elaborar o perfil biográfico da professora Hermínia Torquato da Silva, encontrei apoio teórico nos conceitos formulados por Pierre Bourdieu (1986), em “*A Ilusão biográfica*”, especialmente no que diz respeito ao entendimento sobre biografias e histórias de vida, quando o autor alerta sobre o perigo de se trabalhar essa questão em nível do senso comum, segundo o qual a vida é um todo coerente e orientado, demarcado por um início e um fim. Não foi uma tarefa fácil, todavia, foi desafiadora.

Entendi ao estudar Levi (2006, p. 169), que ao desenvolver estudo na perspectiva biográfica, torna-se indispensável reconstituir o contexto, dada a importância da “superfície social” em que age o indivíduo, “numa pluralidade de campos, a cada instante”, e ainda, ao levar em consideração o contexto, não se perdendo nas especificidades da biografia.

2 Nas trilhas da pesquisa

Nesse esforço de reconstituir um contexto histórico que retratasse a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e início do século XX foi necessário para a compreensão de alguns acontecimentos que antecederam a instalação da República. Nas primeiras três décadas do período republicano, é possível perceber a centralização do poder em mãos das oligarquias regionais, uníssonas com o governo federal e marcada pela busca incansável pelo progresso, civilização e modernidade (CARVALHO, 2010).

Percebe-se que naquele contexto, não havia espaço para o pobre, sobretudo para o pobre negro. A sociedade brasileira tinha por base o princípio da disparidade entre os segmentos sociais. Primeiro, foi demarcada a inferioridade do africano e seus descendentes, e, em segundo lugar, impediu a discussão sobre cidadania (SCHWARCZ, 1998; MATTOS, 1998).

Após definição do objeto de pesquisa, várias leituras e autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), marquei entrevista com familiares da professora Hermínia, retomei a apresentação do projeto de pesquisa e seus objetivos e, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), passei a gravar as entrevistas. Por que pesquisar sobre a vida profissional da professora Hermínia? Devido as buscas por documentos sobre a população negra em Mato Grosso, e sua inserção na educação. Nessa busca documental foi localizado um processo, datado de 1927, disponível no APMT, referente à luta que a professora Hermínia Torquato da Silva empreendeu para exercer a profissão de docente. Esse documento revela uma mulher do início do século XX lutando pelo direito de exercer essa profissão, o que estimulou e fez nascer o desejo de conhecer mais profundamente a vida de Hermínia. Disso, emergiram várias perguntas. Por que aquela professora se posicionou tão categoricamente naquele momento? Ela conhecia seus direitos? Pelos caminhos da legislação sobre a instrução pública, ela procurou resguardar seus direitos como professora efetiva vitalícia do Estado, posicionamento aparentemente curioso para uma mulher daquela época. Será que o fato de ser mulher, não branca e não pertencente à elite local, possa ter lhe criado entraves profissionais?

Os longos seis anos decorrentes entre seu pedido de disponibilidade, no ano de 1924, até seu retorno definitivo ao magistério, em 1931, foram marcados por muitos embates e entraves institucionais, por ela enfrentados, porém, eles não a abateram. Naquele movimento, ela requereu, questionou, protestou, recorreu e persistiu no direito de exercer sua carreira como professora efetiva.

Talvez, a persistência de Hermínia no exercício do magistério como “missão” se deva à necessidade, ou, ainda, defesa da profissão na qual a mulher encontrava espaço, liberdade. De acordo com Müller (1999), a profissão possibilitava o simples ato de ir e vir para as mulheres daquela época.

Sua origem familiar e as características fenotípicas possibilitaram discutir a questão racial, pois, segundo seus familiares, a professora Hermínia era “sarará” que, de acordo com *Dicionário Aurélio*, “é como, no Brasil, são chamados os mestiços de brancos e negros, cuja

principal característica é a presença de cabelos loiros ou ruivos, bem como aos filhos de negros que sofressem de albinismo”².

Considerando as relações raciais encontradas no Brasil e certamente na sociedade mato-grossense do início do século XX, as características fenotípicas podem ter interferido na carreira profissional da professora Hermínia. Foi com esse pensamento que foi iniciada a pesquisa.

A pesquisa e a elaboração do perfil biográfico da professora primária Hermínia Torquato da Silva, que faleceu em 1990, aos 91 anos de idade, contou com a memória de um casal de sobrinhos, que foram entrevistados e cederam documentos pessoais da Hermínia e fotos pertencentes ao acervo da família e, ainda com um amigo da família. Nessa medida, a documentação da instrução pública referente a sua carreira profissional encontrada no APMT – Arquivo Público de Mato Grosso, foi enriquecida com as fontes orais e documentos pessoais.

3 Discutindo a trajetória de vida da professora Hermínia Torquato da Silva

Hermínia nasceu no dia 20 de abril de 1899, final do século XIX, em Cuiabá, e faleceu na mesma Capital no ano de 1990, tendo sido a filha primogênita do primeiro casamento de seu pai, José Torquato da Silva, com Maria da Silva França. Sua mãe faleceu ao dar-lhe à luz. Sua gente era da terra, uma família cuiabana. O registro de nascimento da criança do sexo feminino é posterior à Lei do Registro Civil de 1889, que determinava a inclusão da ‘cor’ no referido documento, mas, no caso de Hermínia, esse campo não foi preenchido³.

A professora Hermínia tinha uma família numerosa e simples. Aos 18 anos, recebeu o diploma de normalista e, à véspera de completar 19 anos de idade, ingressou na profissão como professora primária. Foi nomeada em 30 de março de 1918, dedicando-se, a partir dessa data, ao campo da educação em Mato Grosso, até 1956, quando se aposentou.

A Escola Normal e o magistério eram uma das poucas opções profissionais para as mulheres dessa época.

² DICIONÁRIO AURÉLIO. In: <https://www.dicio.com.br/sarara-3/> Acesso em: 10 dez. 2014

⁴ CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d,. Obtida de <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Dicionário do Folclore Brasileiro&oldid=40321355> Acesso em: 10 dez. 2014.

³ CERTIDÃO DE NASCIMENTO, 2ª via expedida em 30.09.1974, acervo da família Torquato.

Fotografia 1 – Profa. Hermínia Torquato da Silva, aos 23 anos



Fonte: Acervo da Família Torquato

De acordo com Mauad (2013, p. 12), as imagens fotográficas devem ser vistas como um importante meio de representação social e suporte de memórias. Entende-se que, “por meio da análise de imagens fotográficas se acessam experiências históricas para as quais o uso da câmera fotográfica servia de garantia à memória futura”. Evidente que não foi adotado o conceito de fotografia como verdadeira testemunha ocular da história, “verdade fotográfica”, conforme adverte a autora (MAUAD, 2013, p. 15).

A partir dessas informações, foi feita a seguinte inferência: a fotografia nº. 1 traz Hermínia, como uma mulher jovem, vestida sem luxo, contudo, com recato e elegância; cabelos presos num penteado simples, evidenciando que não eram lisos. Como adereços, usava uma pulseira no braço esquerdo e uma corrente com uma medalha, provavelmente de algum santo católico, o que nos leva a deduzir, com base nas entrevistas, sua profunda religiosidade. Na pose de estúdio, tem os braços sobre uma mesa onde se percebe alguns papéis, indicando ser uma mulher letrada. O cenário se assemelha a um espaço de trabalho, aquele típico de uma professora. Nessa modalidade fotográfica, até o tom de pele podia ser alterado, o tipo de luz, a distância maior ou menor da câmera ou máquina fotográfica, e os retoques na fotografia poderiam retratar a imagem desejada pelo fotógrafo e/ou pela fotografada. Hermínia estava inserida numa sociedade onde ser branca era considerado belo, a partir do princípio do branqueamento racial.

Para entender a política de branqueamento é preciso olhar para o Brasil pós-abolição, quando os negros, na condição de livres, continuavam sendo taxados como seres inferiores, pois, o século XIX foi o período de consolidação da visão de cunho racista que tinham por base as teses de inferioridade biológica dos negros e o entendimento de que o progresso brasileiro aconteceria por meio do “branqueamento”. Naquele momento, registra-se o forte incentivo à imigração, ocasião em que tiveram início as políticas estimuladoras da vinda de europeus para o Brasil. A isso, pode-se acrescentar a inexistência de preocupação com a “formulação de políticas de incorporação dos libertos à sociedade brasileira, no sentido de dar-lhes instrução ou treinamento para aquisição de novos hábitos de trabalho livre” (MÜLLER, 1999, p. 44-45).

De acordo com Skidmore, a política de branqueamento foi pensada pela elite brasileira visando tornar o Brasil um país de brancos, datando seu ápice entre os anos 1889 e 1914, quando a concepção de miscigenação contava como certa a extinção dos pretos e mestiços, uma vez que o negro “estava fadado ao desaparecimento” do País em algumas décadas. Dessa forma, acreditava-se que “[...] a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia e capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente” (SKIDMORE, 1976, p. 81).

A menina Hermínia cresceu no interior de uma família de vários irmãos, seis ao todo, pois, do segundo casamento de seu pai nasceram mais duas irmãs e três irmãos, além do irmão – filho do primeiro casamento de sua madrasta –, que, com ela, veio crescer à segunda família. Todos residiam em Cuiabá, na Rua Senador Metello, “*antigo Beco do Sovaco*”, nº 478, bairro do Porto, próximo à Igreja de São Gonçalo, ou seja, no então Segundo Distrito da Capital (L.C.T.S - maio/2014).

Hermínia Torquato da Silva se encaixa no título de “mulher educada”, visto ter tido acesso à escola de primeiras letras e se formado pela a escola normal, o que lhe possibilitou ser professora efetiva do Estado de Mato Grosso. Seu apreço pela leitura fica evidente na satisfação ao receber de presente, em 1977, o livro *Roteiro histórico & sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*, de autoria de Rubens de Mendonça, qualificado por ela como uma “dádiva”, anotação pessoal dela, anotada na contracapa da obra.

Ainda, durante as pesquisas documentais e entrevistas, deparamos com a seguinte questão: qual era a cor da professora Herminíá? Para discutir esse aspecto passei a procurar identificar a família materna da professora Hermínia, todavia, sem sucesso, uma vez que não foi possível obter informações sobre sua genitora, constando apenas seu nome no registro de nascimento, Maria da Silva França, já que ela havia falecido no parto da filha.

Contudo, a fim de compor o perfil biográfico da professora Hermínia, foram levantadas informações sobre sua família materna, por entender que seriam valiosas. Na busca pela família de sua genitora, foram levantadas informações no Censo 1890, por meio das pesquisas realizadas por Peraro (2005). Esse censo⁴ visou identificar/revelar, por sobrenome, a “cor/raça” dos membros de sua família materna. A pesquisa, apesar de revelar sobrenomes que coincidem com os da família da professora Hermínia, foi desconsiderada, uma vez que os dados, como endereço e idade, são divergentes, sendo necessário mais tempo para aprofundar e checar as informações.

Portanto, após as entrevistas com familiares e amigos, assim como por meio das imagens fotográficas da professora Hermínia, de seu irmão Estevão Torquato e de seu pai José Torquato da Silva, concluiu-se que a professora Hermínia Torquato da Silva era uma mulher não branca.

O que nos levou a essa conclusão? Primeiro, porque a família “Torquato” é relativamente conhecida em Cuiabá. Um de seus irmãos, que teve atuação profissional e política destacada, considerada personalidade conhecida por muitos que viviam na Capital, tinha pele com alta concentração de melanina e traços fenotípicos predominante da população negra. Além de buscar respaldo nas descrições realizadas pelos entrevistados sobre Hermínia e seu pai, José Torquato da Silva, ficando evidente que a “cor/raça” que lhes caracterizavam são fenotipicamente era a negra.

Diante disso, classifiquei-a como não branca, porque, segundo (CARVALHO, 2008 *apud* PETRUCCELLI, 2013, p, 17), a classificação “branca” cabe àqueles que apresentam “[...] pele clara, olhos claros, cabelos lisos, lábios e nariz finos, que a partir deles definira-se um padrão de beleza para toda espécie humana”.

Visto que Hermínia pertencia a uma família com forte predomínio da “mestiçagem”, assunto de destaque nas entrevistas com seus familiares, compreendeu-se que a discussão sobre mestiçagem e ideologia do branqueamento se fazia necessária.

⁴ A busca nos dados censitários de 1890 se deveu à história dos Censos no Brasil, pois, conforme Petrucelli (2001, p. 11), “No primeiro Censo de População realizado no país em 1872, a classificação por cor estava presente na forma de 4 opções de resposta: branco, preto, pardo e caboclo. Em 1890, data do segundo censo nacional, foi utilizado o termo mestiço em substituição a pardo, continuando a serem usadas as outras três categorias. Se verifica assim a utilização de dois critérios simultâneos na classificação da população no mesmo quesito: um que aponta para o registro da “cor” do entrevistado, utilizando as categorias de branco e preto e outro que remete à ascendência ou origem racial, manifestando-se na utilização do termo caboclo para classificar os ameríndios e descendentes e mestiço para os produtos das uniões de pretos e brancos.

Segundo Guimarães (1995, p. 36), “aqueles que apresentam graus variados de mestiçagem podem usufruir, de acordo com seu grau de branquidão (tanto cromática quanto cultural, dado que ‘branco’ é um símbolo de ‘europeidade’), de alguns dos privilégios reservados aos brancos”.

De acordo com a definição apresentada por Skidmore (1976, p. 81),

A tese do branqueamento baseava-se presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas.

Dessa maneira, as barreiras no caminho de uma família negra ou de um indivíduo que apresentasse as características fenotípicas negras evidentes, como “marcas corporais, tais como cabelo, formato do nariz e dos lábios [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 24), são sempre formas de seleção considerável, segundo a discussão sobre ideologias de embranquecimento. Para Guimarães (2012, p. 24), o sistema brasileiro se utiliza de uma diversidade de marcas físicas, o que amplia consideravelmente a formação de vários grupos raciais entre o branco e o negro, em comparação ao sistema dos Estados Unidos, que, por ser fechado, cria limites aos grupos a partir da sua descendência.

Bourdieu (2014), em *A dominação masculina*, discute a questão de gênero, porém, também está presente em sua obra a reflexão sobre a questão racial dos negros. Ele possibilita que se perceba que o negro, assim como a mulher, recebe uma carga negativa sobre si e suas ações.

Então, uma mulher não branca poderia se deparar com uma dupla barreira em seu percurso, a discriminação de gênero e a racial. Quem sabe Hermínia pudesse, dentro da invisibilidade do universo de feminino das mulheres, em algum momento, se ver presa nessa lógica da dominação, conforme expõe Bourdieu (2014):

[...] qualquer que seja sua posição social, as mulheres têm em comum o fato de estarem **separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo** que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem, e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas [...]. (BOURDIEU, 2014, p. 130. Grifo do autor).

A mulher está inserida em um mundo marcado pela distribuição de poderes e privilégios entre masculino e feminino e, mesmo no mundo feminino, elas se encontram separadas por

diferenças econômicas e culturais, o que faz com que cada uma viva e sinta a “dominação masculina”, sem, contudo, tornar nulo o poder sobre sua feminilidade (BOURDIEU, 2014).

4 O percurso profissional da professora hermínia

Hermínia nos faz querer conhecer sua trajetória por ser incomum, encontrar uma mulher, jovem com tanta motivação e persistência ao lutar por seu espaço profissional. Aos 19 anos, a normalista recém-formada pela Escola Normal, Hermínia Torquato da Silva, é nomeada por meio do “[...]acto do Governo do Estado sob nº. 141, de 30 de março de 1918, **a exercer effectivamente o cargo de professora da 1ª Escola do sexo masculino da Villa de Santo Antônio do Rio Abaixo, [...]**”. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO. Livro de Registro dos Termos de Posse, 1918). Aos 5 dias de abril do mesmo ano, assumiu o cargo. De acordo com Art. 138 do Regulamento da “Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso”, caso fosse anunciado concurso e houvesse apenas um inscrito, “[...] e se o pretendente for normalista, será effectivamente nomeado independente de exame”. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO. Regulamento da Instrução Pública de 1910).

Ao assumir o cargo de professora, em 1918, infere-se que a jovem normalista Hermínia Torquato da Silva se viu impossibilitada de residir e se manter na Vila de Santo Antônio do Rio Abaixo, pois, à época com 19 anos e solteira, morava com os pais em Cuiabá, no segundo distrito – Porto. Sua nomeação para a Villa de Santo Antônio do Rio Abaixo, que se tornou distrito de Cuiabá, em 26 de agosto de 1835, de acordo com a Lei nº 11, estava localizado distante da Capital, aproximadamente, a 35 km, o que na época, por falta de estradas, tornava-se difícil o acesso. Isso a impediu de fixar residência naquela localidade, visto não contar com a companhia de familiares.

Hermínia por intermédio de seu pai José Torquato da Silva, homem amante das letras e conhecedor das leis, advogado rábula com a cadeira nº. 13 na OAB/MT, no caso, apresentou o requerimento à Diretoria de Instrução Pública com base no Regulamento da Instrução Pública, fazendo uso do direito que conferia o Art. 139, Capítulo I, protocolizando pedido de licença. Trata o referido artigo da nomeação ou remoção do professor público primário, que teria um prazo de 90 dias para assumir a cadeira, considerando a distância da Escola, porém, ao final do prazo, se não atestasse problemas de saúde ou motivo de força maior, perderia o emprego.

Após assumir o cargo, Hermínia requereu e obteve uma sequência de licenças para tratamento de interesses particulares. Portanto, não assumiu a sala de aula na escola de sua lotação, o que se verificou foi que em 11 de junho de 1918, por determinação do Secretário de Interior e Justiça e Fazenda, “foi mandado prestar seus serviços no Grupo Escolar ‘Senador Azeredo’, em Cuiabá””. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO. Livro de Registros dos Títulos de Nomeação...1910-1921. APMT). Por comunicação da Secretaria de Interior, Justiça e Fazenda, foi dispensada, da referida Escola, em 25 de novembro de 1918. Foi um ano cheio de reviravoltas.

Hermínia, talvez tentando exercer sua profissão, buscou meios para se manter próxima aos seus. No período de junho a novembro de 1918, observa-se registro de sua atuação na Escola Senador Azeredo, 2º Distrito o Porto, em Cuiabá.

Em agosto de 1922, por meio da Portaria nº 42, obteve licença de seis meses para tratar de seus interesses. Em sua ficha funcional nº 111, aberta em 1918, consta que esteve afastada do cargo no período de 13 de fevereiro de 1923 a 24 de março de 1924. Por fim, após esgotar todas as possibilidades de se manter em Cuiabá, restou-lhe pedir disponibilidade, única maneira de não encerrar a carreira. Desta feita, solicitou sua disponibilidade, situação arrastada de 1924 até 1931.

5 Os resultados da pesquisa

Nessa busca documental pela trajetória de vida profissional da professora Hermínia, encontrei vários outros casos de professoras que iam e vinham de cadeira em cadeira, de cidade em cidade, de acordo com as necessidades, em busca de melhoria profissional.

Hermínia, ao requerer seus direitos, não fazia nada diferente daquilo que outros professores praticavam. O que a diferenciou dos demais foi o tratamento recebido e seu difícil percurso para conseguir algo que outros obtinham de forma mais tranquila. Deixando de lado a indisposição de seu genitor para com o Diretor da Instrução Pública, e vice-versa, não pode ser descartada, em momento algum, a questão racial.

Hermínia recebia tratamento diferenciado daqueles encontrados no mesmo período de seus insucessos nas diversas tentativas de voltar à carreira do magistério? Porque os exemplos se somam. Notório observar a situação da normalista Célia Nunes de Barros, que requereu a cadeira nas Escolas Reunidas de Santo Antônio do Rio Abaixo, por ter ciência que a professora

que a regia não era diplomada. Ou, melhor dizendo, não havia cursado a Escola Normal. E certo que se “dá preferência mesmo para as nomeações interinas, às pessoas formadas pelas Escolas Normaes do Estado [...]” (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, Caixa 1931, APMT).

O retorno ao exercício da profissão, para conseguir permanecer junto aos seus familiares, só ocorreu quando a Direção da Instrução Pública passou a ser exercida por Franklin Cassiano da Silva, coincidência ou não, com a saída de Cesário Alves Corrêa. Registra-se ainda que a vaga em Corumbá, pela qual Hermínia tanto lutou, em 1931, foi reaberta, visto um requerimento, de 10 de fevereiro de 1931, endereçado ao Interventor Federal do Estado e de interesse da professora Albertina E. de Barros, do município de Miranda, pleiteando a vaga aberta com a transferência da professora Edith Curvo para a Capital.

Quanto à vida profissional da professora Hermínia, o que se depreende da documentação, seguiu com maior normalidade. Encontramos, em 25 de julho de 1934, o Ato nº 1964, concedendo à Hermínia gratificação adicional de 10%, por ter completado 10 anos de efetivo exercício, em 23 de março de 1934.

A professora Hermínia se aposentou no dia 26 de janeiro de 1956, após muitos embates e tensões. Pela fala do sobrinho, creio que também viveu alegrias durante o exercício do magistério, pois, além do forte desejo de contribuir com a instrução, também o fazia por necessidade.

Sua atitude de contestação certamente era uma ousadia para os padrões da época, em Cuiabá, pois Hermínia se ergueu contra a estrutura de poder, por meio de seus próprios esforços pessoais, contando apenas com a ajuda de seu pai, como revelaram as fontes. Ao apresentar a história de vida de Hermínia, é possível contribuir para a desconstrução do imaginário daquela época, ou, pelo menos, promover uma discussão a esse respeito.

Hermínia faleceu em 16 de novembro de 1990, aos 91 anos, em Cuiabá. Foi uma cuiabana de *chapa e cruz*.

6 Considerações finais

Os dados da pesquisa me permitem afirmar que Hermínia e sua família não integravam, originalmente, a elite mato-grossense do período chamado Primeira República. Mais tarde, com

os esforços do pai, puderam integrar a ela, pois, por ilustrar a mestiçagem brasileira, vivenciaram as sinuosidades do racismo. Percebe-se, ainda, que ela encontrou nos passos do seu patriarca, amante das letras, convencido do poder dos estudos e cômico do valor das leis, o caminho para ultrapassar algumas barreiras do racismo e, assim, estabelecer conquistas como a ocupação de espaços que, à época, não pertenceriam à população de cor, e se elevar à categoria de intelectual letrado.

A professora Hermínia se aposentou no dia 26 de janeiro de 1956, após muitos embates e tensões. Pela fala do sobrinho, creio que também viveu alegrias durante o exercício do magistério, pois, além de exercê-lo por ter forte desejo de contribuir com a instrução, também o fazia por necessidade. De acordo com as lembranças dos sobrinhos, “após as aulas todos os sobrinhos iam pra casa de tia Hermínia, ali perto da Escola Senador Azeredo, ela ensinava fazer as tarefas e corrigia os cadernos, era muito rígida” (L.C.T – maio/2014). Ou ainda, por meio da fala de sua sobrinha que, criada por Hermínia, ressalta sua forma rígida e disciplinada de ver a profissão: “quando ela ia me ensinar ficava brava e dizia que as professoras não eram como as da época dela [...] ela levava muitos cadernos dos alunos para casa e ficava horas corrigindo [...]” (L.T. Cuiabá, maio/2014).

Mas, qual foi o significado dessa experiência para o desenvolvimento pessoal da professora Hermínia? Não se sabe, assim como não se sabe se outras mulheres, contemporâneas a ela, aprovavam ou não suas atitudes, se vibraram com sua ousadia e com seu destemor, intituladas como “teimosia”, Palavra usada por Hermínia para se referir às ações da Diretoria de Ensino, responsável pela realização do concurso para vaga de professora adjunta em Corumbá. Sua atitude de contestação certamente era uma ousadia para os padrões da época, em Cuiabá, pois Hermínia se ergueu contra a estrutura de poder, por meio de seus próprios esforços pessoais, contando apenas com a ajuda de seu pai, como revelaram as fontes.

No século XIX, a literatura apresenta mulheres exercendo o magistério, a elas ficou definido que poderiam atuar no ensino primário, exercendo a profissão como professora, ou poderiam cursar as escolas secundárias, não havendo necessidade de ir além. Sendo normalistas, por meio de exames de seleção, poderiam ser nomeadas, pelos presidentes de províncias e depois pelos presidentes do estado, e se tornarem professoras vitalícias. Além do mérito, elas precisavam comprovar que eram brasileiras e honestas (MÜLLER, 1999).

A normalista Hermínia Torquato da Silva, sujeito da presente pesquisa, iniciou sua carreira nesse contexto; as normalistas, ao concluir seus estudos, podiam requerer seu aproveitamento por nomeação, ou prestar concurso. Hermínia foi nomeada, conforme a

legislação da época. Tornou-se professora primária efetiva vitalícia, mas essa função não era garantia, a nenhuma mulher que ingressasse na carreira, de segurança e estabilidade. Considerando que no Brasil as relações sociais e políticas andavam de mãos dadas, as professoras e suas famílias precisavam dispor de certos favores (MÜLLER, 1999).

A partir das fontes documentais, creio poder afirmar que os entraves e as lutas que Hermínia precisou empreender podem ter sido agravadas pela indisposição de seu genitor com o diretor da instrução pública. Embora não tenha sido possível verificar qual o motivo da contenda, não descarto os entraves que a questão racial pode ter causado. Infiro, portanto, que uma família com evidentes características fenotípicas negras, no início do século XX, não teria ascensão social sem barreiras. A investigação revelou também os laços políticos de José Torquato da Silva, pai de Hermínia, com o grupo Paes de Barros, derrotado nas contendas entre os grupos dos coronéis em conflito, uma vez que ele exerceu o cargo de contador junto à Usina Itaiçi, de propriedade de Totó Paes, assassinado na contenda. Assim, seu vínculo político ficou atrelado aos vencidos, daí a perseguição contra ele desfechada pelo grupo vencedor. Hermínia pode ter sofrido retaliação por conta da divergência de seu pai com o diretor da instrução, porém, é notório, diante da questão de gênero, que José Torquato da Silva era indispensável ao seu lado, pois, como seu procurador, esteve sempre na linha de frente. É compreensível, portanto, que, para ingressar na carreira, a mulher precisasse da autorização do pai, do marido, ou da mãe se fosse órfã; essa era uma exigência do Regulamento da Instrução Pública e da sociedade. Pode-se concluir, assim, a força da dominação masculina.

Concluindo, a pesquisa realizada está inserida no campo da História da Educação, e buscou oferecer dados novos sobre a realidade educacional no final do Império e Primeira República, tendo como mote a figura da Profa. Hermínia Torquato da Silva, analisada por diversos ângulos – racial, social e político, colaborando para ampliar o conhecimento sobre a realidade mato-grossense do período e aclarando o fato de que o cenário educacional estava imbricado ao contexto mais amplo, tanto nacional quanto regional, do qual recebia reflexos, pressões e rejeições.

Referências

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

_____. A ilusão biográfica (1986). In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes, (Coord.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006, p. 183-191

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anto-racismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**. N.º 43, novembro 1995. p. 26-44. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_a_nti_racismo_NE%2043_1995.pdf . Acesso em: 18 out. 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes, (Coord.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006, p.167-182.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica**. 2013. p. 11-19. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/01.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

MENDONÇA, Rubens de. **Roteiro histórico & sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá**. 3. Ed. comemorativa aos 250 anos de elevação do Arraial a categoria de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá 1727-1977. Cuiabá: Edições Igrejinha, 1975.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República**. Niterói: Intertexto, 1999.

PERARO, Maria Adenir. **A população Urbana de Cuiabá em 1890**. Cuiabá: EdUFMT, 2005. CD-ROOM.

PETRUCCELLI, José Luis. **A cor denominada: estudo das informações do suplemento da PME, julho/98**. 2001.

_____. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). **Características Étnico-Raciais da População Classificações e Identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 12-23.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAES, Fernando A. (Coord. Geral da Coleção); SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. (História da Vida Privada no Brasil; 4), p. 173-244.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.